



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

I – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Lúcia, nascida em 27 de maio de 2000, grávida do seu primeiro filho, Otto, entrou em trabalho de parto e foi levada por sua mãe, Ana, e seu esposo, Léo, para a maternidade mais próxima, localizada em Salvador, na Bahia. Após o nascimento, o bebê foi levado pelo enfermeiro Renan para dar continuidade aos procedimentos padrões de higienização e, em seguida, foi entregue a Lúcia. Logo no primeiro momento a sós com o seu filho, que estava no berço e chorava desesperadamente, Lúcia, cansada, pois havia passado 16 horas em trabalho de parto, pegou um travesseiro e apenas colocou sobre o rosto de Otto com a finalidade de diminuir o ruído do choro. Poucos minutos depois, o bebê parou de chorar e a mãe retirou o travesseiro, trocou sua fralda, e foi tentar descansar. Ana, avó de Otto, entrou no quarto e suspeitou que algo não estava certo. Quando tocou no corpo do neném, percebeu que estava sem vida. Chamou a equipe médica, que tentou reanimá-lo, mas não obteve êxito. Durante a investigação Lúcia confessou ter colocado o travesseiro para diminuir o som do choro do bebê. Foi denunciada pelo crime de homicídio qualificado por asfixia perante o juízo do tribunal do júri da Comarca de Salvador/BA, nos termos do art. 121, § 2º, III do Código Penal. Durante a primeira fase do procedimento do júri, foi ouvida toda a equipe médica, assim como Lúcia, sua mãe, seu esposo e eventuais testemunhas das partes, confirmando o ocorrido. Apesar do corpo de Otto não apresentar sinais visíveis de asfixia, não foi realizado exame de corpo de delito que confirmasse a tese. O juiz competente, com base nas oitivas e na confissão de Lúcia, sem realizar o exame de corpo de delito, decidiu por pronunciar a ré pelo crime narrado na denúncia (artigo 121, § 2º, III do Código Penal), sendo publicada a decisão no dia 14 de fevereiro de 2022 (segunda-feira) e, no mesmo dia, foi intimado o advogado da ré. Considerando apenas as informações narradas, na condição de advogado de Lúcia, apresente a peça jurídica cabível, diferente de *habeas corpus*, com as teses jurídicas pertinentes. A peça deverá ser datada no último dia do prazo para a interposição, considerando-se que todos os dias de segunda a sexta-feira são úteis em todo o país.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Sérgio, 27 anos, primário e sem antecedentes criminais, viajou para o Paraguai em 07/03/2021 e voltou para o Brasil em 14/03/2021. Ao tentar retornar para o país de origem, foi abordado em uma blitz da Polícia Rodoviária Federal na fronteira e passou por uma inspeção de rotina. Ocorre que, devido às mercadorias trazida por ele, foi denunciado pela prática do crime de contrabando, previsto no art. 334-A do CP. Durante a audiência de instrução e julgamento, Luís, que tinha desentendimento com Sérgio, foi arrolado como testemunha da acusação e mentiu ao afirmar que não era a primeira vez que Sérgio praticava contrabando e que em vezes anteriores havia trazido munição e armas. Em seu interrogatório, o réu negou os fatos, como havia feito na fase policial. Ao final da audiência, o juiz constata que a mercadoria importada não era proibida e que, na verdade, o agente poderia tê-la importado, desde que pagasse os impostos devidos, o que não ocorreu. O magistrado conclui, portanto, que a conduta se amolda ao tipo penal de descaminho (art. 334 do CP) e que Luís praticou o crime de falso testemunho por não gostar do réu e querer lhe prejudicar.

A) Como advogado de Sérgio, após a desclassificação do crime, qual medida processual deverá ser adotada com base em súmula, visando o não cumprimento da pena privativa de liberdade? Fundamente. (0,65)

B) Quanto ao crime praticado por Luís, qual fundamento de direito material deverá ser alegado para que o crime deixe de ser punível? Fundamente. (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	

3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Tereza foi assassinada com 6 tiros na cabeça em janeiro de 2018. Durante a investigação criminal, as testemunhas levantaram suspeita sobre Carlos, antigo companheiro de Tereza, pois eles haviam rompido o relacionamento há poucos meses e a vítima vivia recebendo ameaças do seu ex. Sabe-se que ele era muito ciumento e Tereza havia iniciado um novo relacionamento há poucos dias. No dia do assassinato dela, as características físicas do autor da infração em muito se assemelhavam com as características de Carlos. Com base nas informações apresentadas, o juiz determinou a prisão preventiva de Carlos, fundamentando genericamente que homicídio é um crime reprovável. No dia 07 de dezembro de 2020, o mandado de prisão foi cumprido e Carlos foi preso preventivamente. Porém, durante a audiência de instrução e julgamento, a defesa do réu junto um álibi apresentando documentos que comprovavam que Carlos estava preso por outro crime na data do homicídio de Tereza.

- A)** Qual argumento a defesa de Carlos deve alegar quanto ao pedido de prisão preventiva? Justifique.
- B)** Com a apresentação do álibi e sendo este comprovado, qual deverá ser o novo pedido da defesa? Justifique.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

No dia 30 de maio de 2019, Eduardo, que nunca havia se envolvido com prática ilícita anteriormente, foi flagrado guardando em sua residência 60g de maconha. Durante a lavratura da prisão, um dos policiais o coagiu para que desbloqueasse o seu celular e tivesse acesso as informações do seu WhatsApp e por meio das conversas e, graças à essa manobra policial, foi descoberto o envolvimento de seu amigo Josias no crime de tráfico. Contra Eduardo foi convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva, sob o argumento de que a lei veda a concessão da liberdade provisória para o delito de tráfico de drogas, previsto no art. 33, *caput*, da lei 11.343/2006. O réu responde ao processo preso.

- A)** Com base exclusivamente na conversa apreendida, Josias poderia ser indiciado pelo cometimento do crime de tráfico? Justifique.
- B)** Existe vedação legal à concessão de liberdade provisória no caso específico desse tipo penal? Justifique.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	

3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Laércio foi assassinado em 18 de julho de 2021, com 2 tiros no peito. Em sede de investigação criminal, algumas testemunhas levantaram suspeita sobre João, 62 anos, por ser inimigo da vítima. A inimizade decorreria do fato de Laércio ter induzido André, filho de João, ao uso de entorpecente, uma semana antes. O réu foi levado a julgamento pelo plenário do Tribunal do Júri e concluídos os debates, os jurados foram para a sala especial, para responderem aos quesitos indagados alegando que houve a materialidade, mas que não ficou comprovada a autoria do crime e, por fim, decidiram pela não absolvição do réu no terceiro quesito. Diante disso, o juiz encerrou a votação e prolatou sentença condenando João nos termos da pronúncia.

Diante dos fatos narrados, responda:

- A)** Qual será o recurso cabível para a defesa de João? Justifique.
- B)** Comprovado que Laércio estava induzindo o filho de João a usar drogas, a defesa do réu estaria tecnicamente certa ao levantar a tese da legítima defesa nesse homicídio? Justifique a sua resposta.

Obs.: O(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	